



O FRACASSO EM FOZ DO IGUAÇU – PARANÁ DO PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL “CRACK, É POSSÍVEL VENCER”

Sergio Paulo de Oliveira

Mestre, Universidade Federal da Integração Latino Americana, Foz do Iguaçu, Brasil
E-mail: prof.sergio2021@hotmail.com

Gilson Batista de Oliveira

Professor, Universidade Federal da Integração Latino Americana, Foz do Iguaçu, Brasil
E-mail: gilson.oliveira@unila.edu.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Sergio Paulo de Oliveira y Gilson Batista de Oliveira (2020): “O fracasso em foz do Iguaçu – Paraná do programa do governo federal “Crack, é Possível vencer””, Revista Caribeña de Ciencias Sociales (julio 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/caribe/2020/07/fracasso-foz-iguacu.html>

<http://hdl.handle.net/20.500.11763/caribe2007fracasso-foz-iguacu>

Resumo

No final da década da década de 1980, foram registrados os primeiros casos de uso de crack no Brasil. Inicialmente, na cidade de São Paulo, em seguida, em diversas outras capitais e demais municípios do país. Com o passar dos anos e o agravamento da situação, a imprensa passou a veicular de forma maciça as mazelas provocadas por essa droga divulgando os cenários chocantes das crackolândias; locais abertos de uso público do crack onde conviviam usuários, dependentes e traficantes. Assim sendo, com o objetivo de dar uma resposta rápida ao clamor popular provocado pelo problema, o Governo Federal, em 2010, criou o Programa Crack, *é possível vencer*; um conjunto de ações e políticas públicas articuladas que abriu a possibilidade de que municípios com mais de 200.000 habitantes se integrassem à iniciativa. Assim sendo, em 2013, o município de Foz do Iguaçu-PR fez sua adesão oficial ao Programa. Entretanto, o mesmo nunca implementado de forma mínima para atingir as metas preconizadas. O presente artigo visa analisar as causas desse fracasso.

Palavras-chave: Foz do Iguaçu, Programa do Governo Federal, crack.

EL FALLO EN FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ DEL PROGRAMA FEDERAL DE GOBIERNO "CRACK, ES POSIBLE GANAR"

Resumen

A fines de la década de 1980, se registraron los primeros casos de uso de crack en Brasil. Inicialmente, en la ciudad de São Paulo, luego en muchas otras capitales y otros municipios del país. Con los años y la situación empeoró, la prensa comenzó a transmitir masivamente los males causados por esta droga, publicitando los escenarios impactantes de las Crackolândias; lugares abiertos para uso público de crack donde los usuarios, adictos y traficantes vivían juntos. Por lo tanto, para dar una respuesta rápida a la protesta popular causada por el problema, el Gobierno Federal, en 2010, creó el Programa Crack, *es posible ganar*; un conjunto de acciones articuladas y políticas públicas que abrieron la posibilidad de que ciudades con más de 200 mil habitantes se unan a la iniciativa. Por lo tanto, en 2013, la ciudad de Foz do Iguaçu-PR se unió oficialmente

al Programa. Sin embargo, nunca se tien implementado de manera mínima para lograr los objetivos recomendados. Este artículo tiene como objetivo analizar las causas de este fallo.

Palabras clave: Foz do Iguassu, Programa del Gobierno Federal, crack.

THE FAILURE IN FOZ DO IGUASSU - PARANA OF THE FEDERAL GOVERNMENT PROGRAM “CRACK, IT IS POSSIBLE TO WIN”

Abstract

In the late 1980s the first cases of crack use were verified in Brazil. Initially in the city of San Paulo, then in several other capitals and other municipalities in the country. Over the years and the worsening of the situation, the press began to massively convey the ills caused by this drug spreading the shocking scenarios of *cracolândias*; open places of public use of crack where users, dependents and traffickers lived. Thus, in order to respond quickly to the popular outcry caused by the problem, the Federal Government, in 2010, created the Program *Crack, it is possible to win*; a set of actions and articulated public policies that opened the possibility for municipalities with more than 200,000 inhabitants to join the initiative. Thus, in 2013, the municipality of Foz do Iguassu - Parana made its official adhesion to the Program. However, it has never been minimally implemented to achieve the stated goals. This article aims to analyze the causes of this failure.

Keywords: Foz do Iguassu, Federal Government Program, Crack.

Introdução

O crack é obtido a partir da mistura da pasta-base de coca ou cocaína refinada (feita com folhas da planta *Erythroxylum coca*), com bicarbonato de sódio e água. Quando aquecido a mais de 100°C, o composto passa por um processo de decantação, em que as substâncias líquidas e sólidas são separadas. O resfriamento da porção sólida gera a pedra de crack [...]. O crack geralmente é fumado com cachimbos improvisados, feitos de latas de alumínio e tubos de PVC que permitem a aspiração de grande quantidade de fumaça. A pedra, geralmente com menos de 1 grama, também pode ser quebrada em pequenos pedaços e misturada a cigarros de tabaco ou maconha [...]. Enquanto a cocaína em pó leva cerca 15 minutos para chegar ao cérebro e fazer efeito depois de aspirada, a chegada do crack ao sistema nervoso central é quase imediata: de 8 a 15 segundos, em média. A ação do crack no cérebro dura entre cinco e dez minutos, período em que é potencializada a liberação de neurotransmissores como dopamina, serotonina e noradrenalina.¹

Duailibi (2010), com base em informações de diversas produções científicas, relata que o surgimento do crack ocorreu entre 1984 e 1985 em bairros pobres de cidades norte-americanas, tais como Miami, Los Angeles e Nova York, cuja população acometida por altos índices de desemprego era composta em sua maioria por hispânicos ou negros e que o mesmo era fabricado de forma simples e caseira, sendo utilizado em grupos em condições precárias.

“A utilização produzia uma euforia de grande magnitude e de curta duração, seguida de intensa fissura e desejo de repetir a dose” (Duailibi, 2010, p. 18). Destaca ainda a autora que o perfil desses consumidores

era composto, sobretudo, por jovens usuários de cocaína que foram atraídos pelo menor preço da nova droga, usuários de maconha e de outras drogas que passaram a consumir também o crack e outros que fizeram sua iniciação ao uso de drogas diretamente através do crack. “Juntaram-se a essa população, usuários endovenosos de cocaína, geralmente mais velhos, que após o advento da AIDS, optaram pelo crack em busca de vias de administração mais seguras” (Duailibi, 2010, p. 19).

Na sequência, a nova substância psicoativa se disseminou por outros países da América Latina, sendo que, no Brasil, as primeiras constatações do uso dessa droga ocorreram ainda no final da década de 1980. Inicialmente, na cidade de São Paulo, em seguida, em diversas outras capitais e, por fim, pulverizou-se pelos demais municípios brasileiros, de forma que se chegou a veicular uma suposta “epidemia de crack” no país, teoria essa que não foi cientificamente comprovada.

Alicerçados também na contribuição de diversos autores, Acioli Neto & Santos (2010) apontam que, de um modo geral, os usuários de crack são percebidos pela sociedade como pessoas que perdem o controle sobre o consumo, tornando-se compulsivos pelo uso de tal modo a se afastar de suas atividades cotidianas, tendo como consequência a interrupção dos vínculos pessoais e profissionais. Agregam ainda as autoras outros dados acerca do uso do crack.

É importante situar a amplitude do fenômeno do crack no âmbito da sociedade brasileira. No mundo, estima-se que aproximadamente 17 milhões de pessoas fizeram uso dessa substância, o equivalente a 0,37% da população (...). No Brasil, essa prevalência foi estimada em 400 mil pessoas, 0,8% da população (Bastos & Bertoni, 2014). Esses dados indicam as experiências de uso ao menos uma vez na vida, não apenas os casos de dependência da droga (Acioli Neto; Santos, 2010, p. 2).

Neste sentido, a citada Pesquisa Nacional sobre o uso do crack realizada em 2012 traçou um perfil dos usuários de crack e/ou similares do país, sendo importante ressaltar que os dados se referem à utilização em cenas de uso públicas/abertas. “De modo geral, temos que os usuários de crack e/ou similares são, em sua maioria, homens, jovens, pouco escolarizados, que estão vivendo em situação de rua” (Bastos & Bertoni, 2014, p. 66).

Bastos & Bertoni (2014) analisaram com um pouco mais de profundidade os dados (constantes das páginas 45 a 67) da Pesquisa Nacional. No que concerne à faixa etária, verifica-se que 71,56% dos usuários se situam entre os 18 e 34 anos de idade, assim distribuídos: 31,32% de 18 a 24 anos, 21,19% entre 25 e 29 e 19,05% dos 30 aos 34 anos de idade. Com relação ao sexo, foram encontrados 21,32% do sexo feminino e 78,68% masculino. Na questão relativa à raça/cor, observa-se 20,85% de uso entre os brancos e 79,15% entre os não brancos. No que diz respeito ao grau de escolaridade, foram encontrados 4,02% de usuários

que não completaram série alguma, 19,55% com alfabetização até a 3ª série do Ensino Fundamental, 57,60% da 4ª à 8ª série do Ensino Fundamental, 16,49% Ensino Médio e 2,35% Ensino Superior. Por fim, destacamos ainda apenas a questão relativa à moradia, ressaltando que 39,04% dos usuários se encontravam em situação de rua (sem teto).

Da mesma forma, Richwin & Celes (2017) analisam os dados da Pesquisa Nacional sobre o uso de crack e destacam que esses dados comprovam que as histórias de vida desses usuários são marcadas pela precariedade, exclusão, racismo, baixa escolaridade, desemprego ou subempregos, vivência de rua e encarceramento.” Apontam os autores que essas condições constituem “marcadores de uma desvantagem social presente já no início da vida e revelam origens familiares e inserções sociais de alta vulnerabilidade” (Richwin & Celes, 2017, p. 466). “Independente dos números, o que nos sensibiliza na expansão do uso de crack é a velocidade do deterioro da vida mental, orgânica e social do indivíduo” afirmam (Kessler & Pechansky, 2008, P. 96).

Por sua vez, Pedrosa, Reis, Gontijo, Teles & Medeiros (2016) também ressaltam essa deterioração da qualidade de vida dos usuários de crack, quer seja no que se refere aos comprometimentos da saúde ou no aspecto socioeconômico onde se acentuam “o isolamento social e familiar, a marginalização por atos ilícitos, como a violência, o rompimento de laços afetivos, a perda ou o afastamento do emprego quando a pessoa está inserida no mercado de trabalho” (Pedrosa *et al.*, 2016, p. 957).

A gravidade da questão do crack experimentada pelas grandes cidades brasileiras passou a ser exposta nacionalmente através dos veículos de comunicação de massa, em especial, a televisão. Assim sendo, os cenários chocantes das cracolândias, onde conviviam dependentes e traficantes, passaram a fazer parte de forma rotineira de noticiários e diversos outros momentos da programação das principais emissoras do país. Worm (2016) destaca que a mídia em geral publicizou cenas desses locais de uso, intensificando a “veiculação do crack como uma epidemia no País que transformava pessoas em zumbis e viciava usuários já na primeira tragada” (Worm, 2016, 153). Nesta mesma linha, Toledo, Gongorra & Bastos (2017) discorrem acerca da visibilidade dada à dimensão relevante do consumo de crack.

Essa exposição é sublinhada e multiplicada pelos meios de comunicação (a ponto de, em diversos momentos, em anos recentes, constituir um dos *top trends* de diferentes mídias), uma vez que é associada a um consumo abusivo/dependente, que afeta especialmente segmentos empobrecidos e jovens da população (o que inclui crianças e adolescentes e amplia ainda mais a situação de vulnerabilidade e a percepção de riscos por parte da sociedade) (Toledo, Gongorra & Bastos, 2017, p. 33).

Cabe mencionar, nesta análise sobre as veiculações televisivas a respeito do crack, a campanha “*Crack, nem pensar*” deflagrada pela (RBS Rede Brasil Sul) - um dos maiores grupos empresariais multimídia do país – entre meados de 2009² e final de 2010³ como uma forma de, nas palavras de representantes da empresa, “enfrentar a epidemia de crack.” Na avaliação de Romanini & Roso (2018) através dessa estratégia “a televisão, enquanto espaço público, ‘invade’ a esfera privada das famílias, pautando o que deve ser discutido. A campanha atinge os lares por meio das duas propagandas geralmente veiculadas nos horários nobres da televisão” (Romanini & Roso, 2018, p. 7).

Neste conturbado cenário nacional, O programa do Governo Federal *Crack, é possível vencer* foi estruturado como uma “estratégia de governo que precisava dar uma resposta imediata à população, que passou a exigir ações rápidas contra o novo inimigo nacional forjado pela mídia – o crack” (Worm, 2016, p. 153).

Após essa contextualização, ressalta-se que o presente artigo foi redigido tendo como base um subcapítulo da dissertação de mestrado do primeiro autor, intitulada “Políticas Públicas sobre Drogas em Foz do Iguaçu”, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

O estudo se divide em três partes, sendo a primeira dedicada à revisão da literatura acerca do crack. No momento seguinte, efetuamos uma breve apresentação da base normativa federal do programa do Governo Federal *Crack, é possível vencer*, bem como da adesão do município de Foz do Iguaçu-PR ao mesmo, onde analisamos os Decretos Municipais nº 22.067/2013, 22.809/2013, 24.030/2015, 24.446/2016, 24.889/2016, bem como a Portaria nº 54.698/2014.

Por último, efetuaremos a análise do discurso de membros do Comitê Gestor Municipal do Programa instituído pelo Decreto nº 22.067 de 17 de março de 2013. Ressaltamos que o público alvo participou de entrevistas semiestruturadas entre 12 e 30 de abril de 2019. As entrevistas foram integralmente gravadas e transcritas e, para melhor compreensão das informações, opta-se por organizá-las em cinco tópicos conforme a afinidade de assunto. Todos os entrevistados assinaram uma autorização de entrevista na qual permitem a divulgação das suas identidades, porém, optamos por preservá-las, de forma que os mesmos serão identificados como Membros do Comitê Gestor (MCG e seu respectivo número).

1. Programa *Crack, é possível vencer*

Em 20 de maio de 2010, em pleno ano de eleições presidenciais, foi instituído o Plano Integrado de

Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, o Programa “*Crack, é possível vencer,*” através do Decreto n° 7.179.

O Artigo 1° desse dispositivo legal estabelece que as ações do Plano deverão ser levadas a efeito de forma descentralizada e integrada, buscando conjugar esforços entre todos os entes da Federação. Estabelece também a necessidade da observação dos aspectos relativos à intersectorialidade, à interdisciplinaridade, à integralidade, à participação da sociedade civil e ao controle social.

Por sua vez, o parágrafo 2° do Artigo 1° destaca que o Plano tem como “fundamento a integração e a articulação permanente entre as políticas e ações de saúde, assistência social, segurança pública, educação, desporto, cultura, direitos humanos, juventude, entre outras”.

Dentre os objetivos preconizados para o Programa, destacamos o especificado no Inciso VI do Artigo 2° do citado Decreto, tendo em vista que o mesmo diz respeito diretamente a municípios localizados em regiões de fronteira, caso específico de Foz do Iguaçu. Dentre os demais incisos principais, podemos elencar:

I - estruturar, integrar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção do uso, tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas, contemplando a participação dos familiares e a atenção aos públicos vulneráveis, entre outros, crianças, adolescentes e população em situação de rua; II - estruturar, ampliar e fortalecer as redes de atenção à saúde e de assistência social para usuários de crack e outras drogas, por meio da articulação das ações do Sistema Único de Saúde - SUS com as ações do Sistema Único de Assistência Social - SUAS; III - capacitar, de forma continuada, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas; VI - fortalecer as ações de enfrentamento ao tráfico de crack e outras drogas ilícitas em todo o território nacional, com ênfase nos Municípios de fronteira. (Brasil, 2010, n/p).

Sobremaneira importante ressaltar que o Programa *Crack, é possível vencer* encontra-se alicerçado sobre três eixos estruturantes: prevenção, cuidado e autoridade, sendo que suas ações devem ser articuladas entre os Ministérios do Governo Federal, Secretarias Estaduais e Municipais. Percebe-se ainda que se preconiza a participação de instituições privadas, associações, grupos de apoio e demais entidades não governamentais que atuem na área.

Os municípios, ao aderirem ao Programa, devem oferecer em contrapartida os serviços básicos necessários para a efetivação das atividades, mais especificamente, nas áreas de saúde, segurança pública, assistência social e educação.

Entretanto, a adesão só pode ser concretizada após os municípios criarem o seu Comitê Gestor local “arena na qual se discutem permanentemente os problemas locais, os meios de ação compatíveis com

instrumentos e recursos humanos disponíveis [...]” (Worm, 2016, p. 129).

1.1. Comitê Gestor Local

Em 27 de março de 2013, através do Decreto nº 22.067, o Município de Foz do Iguaçu instituiu o Comitê Gestor Municipal do plano de ação cujo objeto era o Programa do Governo Federal: *Crack, é possível vencer*. O Comitê tinha caráter deliberativo e seria o responsável pelo gerenciamento e pela execução do Programa no município.

A composição do mesmo foi estabelecida através do Artigo 2º do Decreto supracitado, ficando definido que cada um dos órgãos públicos seria representado por um titular e um respectivo suplente. Assim sendo, os órgãos que compunham o Comitê eram os seguintes: Gabinete do Prefeito Municipal, Assessoria Especial de Governo, Secretaria Municipal de Segurança Pública, Secretaria Municipal de Assistência Social, Família e Relações com a Comunidade, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e Fundação Cultural de Foz do Iguaçu.

O Regimento Interno do Comitê Gestor foi aprovado através do Decreto nº 22.809, de 18 de dezembro de 2013. Por sua vez, em 25 de abril de 2014, foi publicada na página 21 do Diário Oficial do Município (D.O.M) nº 2.239, a Portaria nº 54.698 que constituiu a *Comissão Especial de Recebimento de bens*, oriundos do Programa Federal, *Crack, é possível vencer*. Essa comissão era composta por 3 (três) membros, sendo cada um de um órgão público distinto.

Contudo, cabe registrar que a designação nominal dos membros representantes dos órgãos que compunham o Comitê ocorreu apenas em 17 de agosto de 2015, através do Decreto nº 24.030, publicado no D.O.M. nº 2.610, páginas 02 e 03, de 28 de agosto de 2015.

Em 19 de fevereiro de 2016, pode ser observado que foi realizada a substituição de um membro representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Família e Relações com a Comunidade. Tal alteração foi efetuada através do Decreto nº 24.446, de 19 de fevereiro de 2016.

Finalmente, em 29 de setembro de 2016, através do Decreto nº 24.889, aconteceu algo digno de especial registro e reflexão; efetuou-se a substituição de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos membros do Comitê. Esse Decreto foi publicado em 06 de outubro de 2016, nas páginas 05 e 06, do D.O.M. nº 2.903.

2. Visão dos membros do comitê gestor – análise das entrevistas

Ressaltamos que foram entrevistados 4 (quatro) Membros do Comitê Gestor (MCG), sendo esses

representantes de 3 (três) áreas da Administração Pública no mesmo. Em princípio, no planejamento do trabalho, constava que se buscava entrevistar entre 4 e 6 MCG. No entanto, ao concluirmos a quarta entrevista, verificamos que os posicionamentos, percepções e pontos de vista sobre o programa eram absolutamente concordantes. Por conseguinte, decidimos pela interrupção da pesquisa de campo acerca desse tópico. Entendemos que a quase unanimidade nas respostas se deu em decorrência de que o Programa *Crack, é possível vencer* se trata de algo muito específico, portanto, com restritas possibilidades de variáveis e, sobretudo, em função de que o programa teve sua implementação em Foz do Iguaçu de forma muito parcial, sendo que poucas ações foram realizadas.

Conforme já informamos, utilizaremos para a análise dos discursos, a sistemática da reunião das respostas em determinados grupos por aproximação dos temas em estudo. Antecipamos que os sujeitos da pesquisa foram unânimes em reconhecer que o Programa *Crack, é possível vencer* ficou muito aquém de cumprir os objetivos aos quais se propunha no Município de Foz do Iguaçu.

2.1. Dos eixos estruturantes e da intersetorialidade

Pode-se dizer que a base do programa se estrutura na implementação da intersetorialidade entre os três eixos constituídos pela prevenção, tratamento e segurança pública. Na concepção de Worm (2016) essa articulação com vistas às ações intersetoriais se constitui no principal desafio que se coloca aos gestores do programa em função de que esses setores envolvidos “costumam ter dificuldade em dialogar, seja por questões ideológicas, a exemplo do embate entre saúde/assistência social e segurança pública, como pelo modo de operar as ações” (Worm, 2016, p. 136).

Desta forma, quando questionado acerca dos eixos estruturantes do programa: prevenção, cuidado e autoridade; isto é, se os mesmos conseguiram atuar em conjunto e, com isso, se foi alcançada a intersetorialidade preconizada e necessária nas ações, MCG-1 foi taxativo: “Ele não alcançou e na minha opinião esse era o ponto mais importante do programa: garantir as ações do programa em seus eixos; era o mais importante”. E acrescenta ainda mais algumas informações:

E nós vimos que no Programa Crack, se houvesse essa integração dos eixos prevenção, cuidado e autoridade, nós conseguiríamos ter uma maior efetividade no nosso trabalho. Então, chegou lá, constatou que o cidadão...então vamos, constatou que é um caso em que ele tem que ser acompanhado pela Assistência, é um caso que ele tem que ser acompanhado pela Saúde, ou pelos dois. Então, essa integração era a maior expectativa, mas infelizmente essa integração não ocorreu (MCG-1).

Acredita MCG-1 que esta mesma dificuldade que se tinha aqui no município para reunir os componentes dos Eixos prevenção, cuidado e autoridade também era enfrentada pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado.

MCG-3 entende que, das três engrenagens que compunham o mecanismo do programa, apenas uma foi estruturada, de forma que o sistema funcionou apenas parcialmente: “Nós éramos três engrenagens; uma estava funcionando enquanto que as outras não entraram em funcionamento e isso prejudicou drasticamente o programa.”

Na sua resposta, MCG-4 afirma que, pelo que acompanhou, “o setor de Segurança Pública, através da Guarda Municipal, conseguiu funcionar até bem [...] na área da saúde houve dificuldades para implementar as estruturas.” Com relação à prevenção, informa não ter tido conhecimento de ações efetivas através do *Crack, é possível vencer*.

2.2. Dos equipamentos recebidos e do treinamento

Dentro do Eixo Autoridade, com o objetivo de reduzir a oferta de crack, o Governo Federal assumiu o compromisso de fornecer equipamentos de segurança pública, tais como, bases móveis com videomonitoramento (micro-ônibus), veículos e motocicletas, além de tecnologias de menor potencial ofensivo e a instalação de câmeras de videomonitoramento.

No que diz respeito aos equipamentos, MCG-4 confirma que foram recebidas viaturas, motocicletas, armas e até um micro-ônibus para monitoramento. Entretanto, MCG-1 faz ressalvas a esse equipamento.

Aí nós tivemos os equipamentos; tivemos duas motocicletas, duas viaturas, nós tivemos um micro-ônibus que na verdade não é um micro-ônibus; o grande problema desse equipamento é que ele não é um micro-ônibus; ele é uma base móvel de videomonitoramento. Qual é a diferença entre um micro-ônibus e uma base móvel de videomonitoramento; é que ele não tem nem sequer... ele depende, por exemplo, de um sistema de câmeras instalados em uma região para que ele possa operar. Ele não tem nem sequer...ele tem uma dificuldade até para atuar somente como uma base de apoio. Digamos, eu vou fazer uma operação e vou utilizá-lo como base de apoio por que ele é uma estrutura montada com grande investimento, em torno de 800.000,00 aquele equipamento, mas ele só serve basicamente para monitorar câmeras em uma região, seria a ideia de na cracolândia, em volta da cracolândia (MCG-1).

MCG-3 também faz questão de informar que o Governo Federal não cumpriu na integralidade com a disponibilização dos equipamentos: “Até para registro; nós recebemos duas viaturas, dois veículos sedan, duas motocicletas, uma base móvel, armas de condutividade elétrica e recebemos o treinamento. Só que o restante, infelizmente, não veio”. MCG-1 esclarece que “com relação às pistolas, nós recebemos os dispositivos elétricos de contenção que o pessoal chama de pistola de choque, no popular”.

Outra etapa do programa consistiu na capacitação dos agentes de segurança pública - policiais militares, policiais civis, bombeiros militares e guardas municipais. Para tanto, a Secretaria Nacional de Segurança Pública estruturou curso com 160 horas de duração, dividido em módulos trabalhados em aulas presenciais.

Os entrevistados discorreram sobre a capacitação disponibilizada pelo Governo Federal aos agentes de segurança pública. MCG-4 afirma lembrar que “os Guardas, parece que em torno de 40, receberam também um treinamento do Programa”. MCG-1 aprofunda um pouco o detalhamento dessa questão, acrescentando informações.

Então, nós fizemos um treinamento específico com quarenta servidores que seriam aqueles guardas municipais, principalmente guardas municipais, mas nós tínhamos alguns policiais militares, policiais civis e até policiais rodoviários. Mas, no eixo autoridade era praticamente, a sua grande maioria de guardas municipais que foram treinados, capacitados para atuar no programa (MCG-1).

Por fim, MCG-3 reitera que a Secretaria Municipal de Segurança Pública cumpriu com responsabilidade a sua atribuição no processo, haja vista que ela “qualificou os guardas e recebeu os equipamentos”.

2.3. Do viés político-eleitoral na concepção

Cabe observar que o Decreto nº 7.179 que criou o Programa *Crack, é possível vencer* data de 20 de maio de 2010, ou seja, em meados do último ano do 2º mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e às vésperas do início do processo eleitoral de sucessão presidencial.

Conforme já analisado, a sociedade brasileira na época era bombardeada diariamente pelos veículos de comunicação de massa com diversas matérias jornalísticas que demonstravam ao vivo o flagelo social das cracolândias.

Assim sendo, verifica-se que os entrevistados percebem o programa *Crack, é possível vencer* mais como uma estratégia político-eleitoral do que como uma política pública planejada de forma criteriosa para o enfrentamento de uma questão multifatorial. MCG-4 se manifesta neste sentido.

Não quero ser injusto e atribuir culpas, mas pelo pouco que tenho conhecimento, o Programa *Crack, é possível vencer* foi pensado, criado e implementado meio que às pressas pelo Governo Federal; não fizeram estudos mais aprofundados. Parece que foi por causa da mídia negativa que o crack estava gerando já que todo dia a gente via na tv aquelas cenas deprimentes das cracolândias em grandes cidades brasileiras. Pelo que lembro, era uma época próxima as eleições, algo assim, e o governo tentou dar uma resposta a esse problema que estava repercutindo nacionalmente (MCG-4).

MCG-1 afirma que se lembra bem da época em que o programa surgiu; que o mesmo foi implantado primeiramente nas capitais de alguns estados que apresentavam uma característica muito peculiar que eram as grandes concentrações de usuários e dependentes de drogas, especialmente o crack, em espaços públicos abertos dessas metrópoles, as crackolândias. Nas palavras do MCG-1:

[...] ele surgiu, e daí uma crítica até à natureza do próprio programa nacional por que ele foi uma ação reativa à repercussão que havia na mídia em relação ao crack. Então, o que é que aconteceu: o governo federal daquela época, vamos dar uma resposta; a mídia só está mostrando reportagens sobre a crackolândia, vamos dar uma resposta para isso e montou um programa que, nos locais onde havia essa característica de crackolândia alguns deles conseguiram funcionar relativamente, com alguma eficiência (MCG-1).

Na avaliação de MCG-1, o programa não se adequou quando, num segundo momento, foi ampliado e passou a trabalhar com municípios menores, sendo que a maioria deles não tinha essa característica específica das crackolândias.

2.4. Das falhas do Governo Federal

Toda a trajetória do programa *Crack*, *é possível vencer* no município de Foz do Iguaçu foi acompanhada por MCG-1 que não tem quaisquer dúvidas ao concluir que o mesmo se constituiu num fracasso, que se extinguiu aos poucos - principalmente devido a falhas e omissões do Governo Federal - sem nunca sequer ter funcionado na prática com o mínimo de efetividade.

Com relação ao programa; o programa já não existe mais há alguns anos, mas o Governo Federal nunca quis admitir isso. O que aconteceu, o município, o Comitê Municipal oficiou várias vezes o Governo Federal, inclusive encaminhou ofícios, e-mails para as instâncias que seriam as responsáveis pelo programa e eles simplesmente não...em nenhum momento eles deram uma resposta conclusiva, apesar de nós sabermos que, na prática, o programa não existe mais há alguns anos (MCG-1).

No mesmo entendimento dos demais entrevistados, no discurso de MCG-4, pode-se verificar que é atribuída ao Governo Federal a maior parcela da responsabilidade pelo insucesso do programa:

Por outro lado, da parte do Governo Federal, o mesmo foi irresponsável em não cumprir com a totalidade das suas obrigações contratadas, pois nem mesmo as câmeras de monitoramento foram instaladas no município. Assim, comprometeu o programa já que essas câmeras iriam fornecer as imagens para uma central que era o micro-ônibus (MCG-4).

MCG-1 denuncia também o descaso do Governo Federal, bem como do Governo Estadual, em relação aos comitês locais. “Nós em nenhum momento tivemos um mecanismo, um contato, uma efetividade seja do Comitê Estadual, seja do Comitê Federal. O Comitê Federal, em determinado momento, simplesmente desapareceu”.

Dentre as obrigações dos entes pactuadores do Programa, o acompanhamento e o monitoramento das ações foram firmados como mecanismo de controle para avaliação das ações e resultados. “Sem um controle sistemático de avaliação, não há como verificar se as ações estão sendo implementadas a contento, tampouco se estão repercutindo os resultados esperados” (Worm, p.133).

Entretanto, essa etapa fundamental do Programa não se cumpriu de acordo com o preconizado e os municípios, a exemplo de Foz do Iguaçu, ficaram completamente sem referência, conforme cita MCG-1, quando houve a desativação, por parte do Governo Federal, do software que acompanhava e monitorava os comitês gestores locais.

Havia um programa, esse programa não existe mais, um software do Governo Federal onde seriam lançadas todas as ações, que montaria, você poderia montar esses relatórios, esses balanços que seriam lançados nesse software. Esse software deve ter, talvez durante uns dois anos, ele esteve ativo e depois o Governo Federal simplesmente abandonou esse programa. Então não havia mais ninguém que acompanhasse esse software que era para monitorar exatamente os Comitês Municipais (MCG-1).

MCG-4 corrobora a denúncia de MCG-1 ao relatar que “membros do Comitê diziam estar tendo problemas para alimentar o programa (software) com as informações. [...] essa plataforma para receber os dados, que foi criada e era mantida pelo Governo Federal, foi abandonada, desativada ou algo assim”.

Todos os entrevistados teceram também duras críticas, conforme já expusemos algumas, ao Governo Federal pelo fato de não ter sequer adquirido e instalado as câmeras de monitoramento; equipamento essencial até mesmo para que a base móvel pudesse ter alguma utilidade. MCG-3 é assertivo nas suas observações.

A responsabilidade de instalar câmeras de monitoramento em pontos pré-determinados pela Secretaria Municipal de Segurança era uma responsabilidade do Governo Federal; eles iam licitar, instalar e entregar isso funcionando para que isso complementasse a atuação da base móvel e isso não aconteceu (MCG-3).

MCG-1 relata que as câmeras nunca foram adquiridas para complementar o programa e lamenta que essa quebra de contrato por parte do Governo Federal tenha ocorrido exatamente no momento em que Foz do Iguaçu fez a sua pactuação ao programa: “Foi exatamente neste momento em que o Governo Federal iria

fazer a licitação para adquirir essas câmeras que se integrariam ao ônibus que o programa parou, se extinguiu”.

2.5. Das falhas do Governo Municipal

Não obstante a atribuição das principais responsabilidades ao Governo Federal pelo fracasso do programa, o trabalho de pesquisa de campo desse estudo, através das entrevistas, evidencia que todos os sujeitos também apontaram erros graves cometidos pelo poder público municipal de Foz do Iguaçu em vários momentos e sob diversos aspectos do processo. Enquanto MCG-2 entende que o município não conseguiu fazer com que o programa funcionasse da forma como deveria, MCG-1 dirige severas críticas à administração pública municipal.

Nós particularmente tivemos a implementação do programa aqui em Foz do Iguaçu num período de uma administração pública municipal bastante difícil. Então, eu lembro que houve secretarias que chegaram a mudar 6 ou 7 secretários durante quatro anos. Então não se tinha absolutamente continuidade de nada, era absolutamente impossível. Então, por mais que alguns técnicos se empenhassem [...] era impossível, no aspecto do município de Foz do Iguaçu foi impossível (MCG-1).

Sabe-se que a questão das drogas é um problema grave em todo o mundo e que não se deve politizar a questão através da simples busca de culpados. Entretanto, no caso específico do programa *Crack*, é possível vencer no município de Foz do Iguaçu, na avaliação de MCG-3, parte da culpa pelo fracasso do programa também se deve à “falta de comprometimento do gestor, por falta de entendimento; por que você não pode contratar algo que você não vai conseguir cumprir”.

Salienta que quando o gestor está preocupado apenas com números e em fazer o marketing político, “a parte técnica sofre”. Assim sendo, o Município de Foz do Iguaçu efetuou a adesão ao programa sem estudos prévios, movido apenas pelos lucros políticos, pela exposição positiva na mídia. Enfim, segundo MCG-3, o gestor não analisou o programa como um todo.

Ele deveria ter sentado, estudado, antes que o município fizesse a adesão ao programa por que essas dificuldades com pessoal, essas dificuldades com pessoas qualificadas e comprometidas deveriam ter sido saneadas antes de você pactuar como o Governo Federal. Então, quando o gestor não faz um estudo prévio do que ele vai contratar, depois você não consegue consertar a situação por que você vai ter que enfrentar essa situação (MCG-3).

MCG-3 aponta ainda outro fator que comprometeu em parte a efetividade do programa: “nós tivemos a substituição de membros [...] o programa estava em curso, a implantação estava em curso e aí você trocava aquela pessoa que era responsável por gerir [...] então isso prejudicava significativamente”.

Para se somar a essas considerações acerca dos fatores que determinaram o insucesso do programa *Crack, é possível vencer* também no Município de Foz do Iguaçu, agregamos as observações de MCG-4: “Quanto aos motivos para o fracasso [...] a falta de ações efetivas conjuntas entre a Segurança no Eixo Autoridade, a Saúde e a Assistência Social no Eixo Cuidado e a Educação, Cultura e Esportes no Eixo Prevenção”. Ou seja, não se conseguiu o entrosamento necessário entre as três áreas.

Considerações finais

Em face dos discursos analisados, conclui-se que a adesão do município de Foz do Iguaçu-PR ao Programa do Governo Federal, *Crack, é possível vencer*, resultou em fracasso, de forma que podem ser responsabilizados tanto o Governo Federal quanto o municipal por esse desfecho.

Quanto ao Governo Federal, depreende-se que o programa foi concebido às pressas, ou seja, sem estudos mais aprofundados relativos a toda realidade nacional, suas disparidades regionais, suas características específicas locais dentre outras, sendo que se pode colocar sob suspeição até mesmo a sua motivação subjacente.

Além disso, percebe-se que não houve o cumprimento da integralidade das obrigações assumidas, a exemplo da não licitação e instalação das câmeras de vídeo monitoramento nos municípios. Somado a isso, constata-se que houve o abandono do programa, a exemplo da desativação do software através dos quais se fazia o acompanhamento das ações nos municípios.

No que diz respeito ao município de Foz do Iguaçu, percebe-se que o mesmo incorreu em erro idêntico ao Governo Federal ao efetuar a precipitada pactuação ao programa com interesse maior nos dividendos políticos em detrimento da realização de estudos técnicos prévios, sobretudo, acerca do planejamento e capacidade de oferecer as contrapartidas exigidas pelo programa.

Não obstante essa celeridade na adesão do município ao programa, paradoxalmente se verifica uma injustificável morosidade na agilização de todo o trâmite burocrático de constituição do comitê gestor. Senão, analisemos a cronologia do processo. Data de criação do comitê: 27 de março de 2013. Data de aprovação do Regimento Interno do Comitê: 18 de dezembro de 2013. Publicação no Diário Oficial do Município da Portaria que constituiu a Comissão Especial de Recebimento de Bens oriundos do programa composta por três membros: 25 de abril de 2014. Designação nominal dos membros representantes dos órgãos no comitê: 17 de agosto de 2015. Constata-se que entre a criação do Comitê Gestor Municipal do Programa e ato simples de designação nominal dos membros do mesmo transcorreram quase dois anos e meio.

Observou-se ainda que o Poder Executivo não buscou envidar esforços com vistas a alcançar a integração entre os três Eixos estruturantes do programa: Prevenção, Cuidado e Autoridade. Por fim, detectou-se que a substituição de 55% dos membros Comitê Gestor Municipal, em 29 de setembro de 2016, comprometeu ainda mais as poucas ações que estavam sendo desenvolvidas.

Enfim, entendemos que nada mais pode ser feito a não ser, prestar as devidas contas do fracasso do Programa ao Ministério Público Federal e utilizar os equipamentos recebidos nas ações de enfrentamento às drogas realizadas pela Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Referências

- Acioli Neto, M. L. & Santos, M. F. S. (2016): Os Usos de Crack em um Contexto de Vulnerabilidade: Representações e Práticas Sociais entre Usuários. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Jul-Set, Vol. 32 n. 3, pp. 1-9. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v32n3/1806-3446-ptp-32-03-e32326.pdf>. Consultado em: 02/01/2019 as 18:15.
- Bastos, F.I. & Bertoni, N. (2014): *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares no Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?* Rio de Janeiro: Icict/Fiocruz. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/10019/2/UsoDeCrack.pdf>. Consultado em: 02/01/2019 as 15:00.
- Brasil. (2010): *Decreto n. 7.179, de 20 de maio de 2010*. Institui o programa Crack é possível vencer. Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm. Consultado em: 02/01/2019 as 14:15.
- Duailibi, L. M. F. B. (2010): *Revisão sistemática: Perfil dos usuários de cocaína e crack no Brasil*. São Paulo, Tese (Mestrado) - Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Medicina. Programa de Pós-graduação em Psiquiatria. Disponível em: <https://www.uniad.org.br/publicacoes/3-cocaina/revisao-sistemica-perfil-dos-usuarios-de-cocaina-e-crack-no-brasil/>. Consultado em: 02/01/2019 as 13:05.
- Kessler, F. H. P. & Pechansky, F. (2008): Uma visão psiquiátrica sobre o fenômeno do crack na atualidade.

Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, vol. 30(2), p.96-98. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v30n2/v30n2a03>. Consultado em: 02/01/2019 as 18:15.

Membros do Comitê Gestor (MCG 1 até 4). (2019): *Pesquisa de campo* (entrevistas) realizada de 12 a 30 de abril.

Oliveira, S. P. (2019): *Políticas Públicas sobre Drogas em Foz do Iguaçu-PR*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/123456789/5080>. Consultado em: 02/01/2020 as 10:20.

Pedrosa, S.M.; Reis, M.L.; Gontijo, D.T.; Teles, S.A. & Medeiros, M. (2016): A trajetória da dependência do crack: percepções de pessoas em tratamento. *Revista Brasileira de Enfermagem* [online], set-out; 69(5):956-63. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v69n5/0034-7167-reben-69-05-0956.pdf>. Consultado em: 02/01/2020 as 10:20.

Richwin, I. F. & Celes, L. A. M. (2017): Diógenes e o corpo “fabricador de drogas”: o estatuto do corpo no uso abusivo de *crack* e nas situações de precariedade e vulnerabilidade social. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.* [online], vol.20, n.3, pp.465-480. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142017000300465&script=sci_abstract&tlng=pt Consultado em: 02/01/2020 as 19:20.

Romanini, M. & Roso, A. (2018): Usuários de Cocaína-Crack e Recepção de uma Campanha Televisiva Antidrogas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.34, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v34/1806-3446-ptp-34-e34410.pdf>. Consultado em: 02/01/2020 as 20:00.

Toledo, L; Gongora, A; & Bastos, F. I. P. M. (2017): À margem: uso de *crack*, desvio, criminalização e exclusão social – uma revisão narrativa. *Ciênc. saúde coletiva* [online], vol.22, n.1, pp.31-42. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017000100031&script=sci_abstract&tlng=pt. Consultado em: 03/01/2020 as 09:00.

Worm, N. (2016): *Política nacional de enfrentamento às drogas no Brasil: novas estratégias a partir da análise dos pontos de desarticulação do programa Crack, é possível vencer*. Tese (Doutorado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/2867/5/Naima%20Worm.pdf> . Consultado em: 03/01/2020 as 13:12.

1 <http://www.quimica.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=519>. Consultado em: 02/01/2020 as 09:30.

2 <https://www.youtube.com/watch?v=R-r0UNMsG3E>. Consultado em: 02/01/2020 as 14:30.

3 <https://www.youtube.com/watch?v=u0VKpny1z5k> . Consultado em: 02/01/2020 as 16:30.